

A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: A introdução regular do tráfico negreiro – Sécs. XVIII e XIX*

Dilcilene Assunção**

RESUMO: Este artigo busca demonstrar algumas reflexões a respeito da introdução da mão-de-obra escrava negra no Grão-Pará com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Palavras-chave: Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; Tráfico de mão-de-obra escrava negra

O seguinte artigo tem a pretensão de demonstrar algumas reflexões relacionadas à presença da mão-de-obra africana na Amazônia, compreendendo até que ponto a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi eficaz com a introdução regular de escravos africanos na Província do Pará, partindo para tal compreensão, o entendimento de um capítulo do livro de Manuel Nunes Dias: “Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1755-1778” e relacionando com algumas informações do livro de José Maia Bezerra Neto: “A Escravidão Negra no Grão-Pará – sécs. XVII-XIX” e o trabalho de Anaiza Vergolino – Henry e Arthur Napoleão Figueiredo: “A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica”, que nos ajudará compreender a necessidade que se tinha de mão-de-obra na Amazônia, esclarecendo dessa maneira que a mão-de-obra africana já era presente no Grão-Pará antes da criação da Companhia mesmo que fosse em menor escala e nesse sentido sair daquele discurso que vê a Amazônia exclusivamente extrativista e indígena.

* Artigo apresentado como requisito para obtenção de nota na disciplina Historiografia da Amazônia, ministrada pelo Professor Dr. Fernando Arthur (Faculdade de História/UFPA).

** Aluna do curso de História, Bacharelado e Licenciatura, da UFPA.

Durante muito tempo deu-se pouca relevância na historiografia brasileira para a presença africana na Amazônia. Para Anaiza Vergolino e Napoleão Figuiere do esse abandono se deve primeiramente, pelo fato de se tentar explicar a Amazônia pelo modelo de *plantation* do Nordeste, assim como, não pensaram nos “diferentes empreendimentos agrários”, além de considerarem a coleta das “drogas do sertão” exclusividade da mão-de-obra indígena.

Apesar da escassez de dados existentes sobre o tráfico de escravos africanos na Amazônia, podemos dizer, de acordo com Bezerra Neto, citando Kátia Mattoso, que “*nos anos de 1692 e 1721 já totalizavam 1.208 escravos desembarcados no fim do século XVII e primeira metade do século XVIII no Maranhão e no Grão-Pará*”.

Tal escassez era corrente em decorrência da incapacidade da Companhia de Comércio do Maranhão –antes responsável em atender a demanda de escravos do Estado do Grão-Pará e Maranhão – de abastecer o Grão-Pará. Além disso, grande parte dos escravos ficavam no Maranhão por ocasião de já haver uma lavoura consolidada capaz de absorver a mão-de-obra africana. Nesse sentido, observa-se no discurso das autoridades, dos donos de terra e outros que a atividade irregular e pouco constante do tráfico era também causadora de tamanha carência da mão-de-obra africana na Amazônia.

E, tomando como referência o trabalho de Manuel Nunes Dias, onde o autor demonstra que a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão trouxe ares novos para o Estado, pois “*a introdução da mão-de-obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a razão principal da Companhia*”; é possível entender o motivo pelo qual o tráfico de escravos nos Portos de S. Luis e Belém tornou-se uma atividade regular. Pois como afirma o autor, a Amazônia na metade do século XVIII encontrava-se em, “*situação de profundo abandono, numa amargosa situação de abatimento, onde a falta de mão-de-obra causava enorme desassossegos econômicos*”, principalmente com a proibição da escravidão indígena em 1755 que agravava ainda mais a carência de “braços para trabalhar nas ‘culturas’”. Sim, porque ao contrário do que a historiografia consolidou, a Amazônia Portuguesa não vivia apenas do

extrativismo das drogas do sertão, pois, como mostra Bezerra Neto, já *“havia uma economia baseada na exploração do cacau silvestre, em larga escala, e do cacau cultivado, em menor importância, assim como do açúcar, tabaco, café, algodão arroz e criação de gado”*. Portanto a Amazônia não era um espaço vazio em que só existia uma agricultura de subsistência pautada no extrativismo das drogas do sertão.

Sem dúvida, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, como afirma Manuel Nunes Dias, foi primordial para a constituição do tráfico negreiro regular na Amazônia Portuguesa, haja vista que a empresa pombalina era detentora da exclusividade do comércio de escravos africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Porém, ainda que o estabelecimento da empresa tivesse impulsionado o comércio na Amazônia e isso de fato aconteceu – não podemos afirmar que esta resolveu todos os problemas da falta de mão-de-obra, pois afirma Bezerra Neto, que mesmo depois da presença da Companhia no Estado do Grão-Pará, continuava a existir forte insatisfação dos colonos pela falta da mão-de-obra africana, Essa situação é possível ser verificada no trabalho de Anaiza Vergolino e Figueiredo, no qual através de uma série de correspondências demonstra que a oferta de escravos era menor que a procura, chegando a causar enorme tumulto no momento da venda do carregamento, precisando de guardas para conter confusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não teve o objetivo de criticar bibliografia, muito menos diminuir a importância do trabalho de Dias que é um dos pioneiros para se entender as ações da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, para o impulso das relações comerciais na Amazônia e o transporte regular da mão-de-obra africana, mais apenas tentar mostrar algumas generalizações em torno da empresa Pombalina, através da bibliografia mais recente e reforçar que a presença negra na Amazônia foi significativamente relevante.

REFERÊNCIAS

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo:** a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1755-1778, 2º Volume... Universidade Federal do Pará, 1970.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra na Amazônia – sécs. XVII-XIX.** Belém: Paka-Tatu, 2001.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza; FIGUEREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial:** uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.